

**DE MARX A GRAMSCI:
EM BUSCA DA CONTRA-HEGEMONIA**

FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – IFSUL

FREITAS, André Luis Castro de
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo compreender, a partir do pensamento de Antônio Gramsci, o movimento contra-hegemônico no qual o homem é, por meio de uma revolução intelectual e moral, conquistado para um comportamento prático. A partir de uma pesquisa bibliográfica, embasada em um estudo descritivo crítico, tem-se como intenção elencar pressupostos que demonstrem, na concepção do autor, a relevância do movimento citado e sua aproximação ao materialismo histórico e dialético proposto por Marx e Engels. Na primeira parte do texto, reflete-se sobre as ideias de aplicação do pensamento marxiano na análise das situações concretas. Na segunda parte, compreende-se que, na perspectiva gramsciana, a revolução do proletariado está para além do embate na dimensão da produção material, proposta por Marx e Engels, sendo necessário o embate no campo ideológico e cultural. Conclui-se com o estudo aqui elaborado a exigência, por meio da filosofia da práxis, de trabalhar a passagem do senso comum ao bom senso, no intuito de que as classes subalternas criem uma concepção de mundo coerente e unitária.

Palavras-chave: Materialismo histórico e dialético. Filosofia da práxis. Contra-hegemonia.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo comprender, desde el pensamiento de Antonio Gramsci, el movimiento contra-hegemónico en el cual el hombre es a través de una revolución intelectual y moral, ganó por la conducta práctica. A partir de una búsqueda bibliográfica, sobre la base de un estudio descriptivo crítico tiene como intención listar supuestos que demuestran, en opinión del autor, la pertinencia de este movimiento y su aproximación al materialismo dialéctico e histórico propuesto por Marx y Engels. En la primera parte del texto reflexiona sobre la aplicación de las ideas del pensamiento marxista en el análisis de situaciones concretas. En la segunda parte, se entiende que, en términos de Gramsci, la revolución proletaria está más allá del enfrentamiento en la dimensión de la producción material, propuesto por Marx y Engels, siendo necesaria para la lucha en el campo ideológico y cultural. Se concluye con el estudio preparado aquí a la demanda, a través de la filosofía de la praxis, para trabajar el paso de sentido común para el buen sentido, con el fin de que las clases subalternas pueden crear un diseño del mundo coherente y unificado.

Palabras-claves: Materialismo histórico y dialéctico. La filosofía de la praxis. Contra-hegemonía.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Compreende-se, inicialmente, que as formulações de Antônio Gramsci, pensador italiano, estão intimamente relacionadas com sua história de vida, seja pela sua condição de

oprimido, seja pela coerência entre suas ações e sua teoria. Sem dúvida, Gramsci é um exemplo de pedagogia encarnada, pois tanto como seus pressupostos teóricos quanto sua vida são repletos de ensinamentos, os quais mostram que o “otimismo da vontade” é capaz de ultrapassar grandes obstáculos.

Por suas ideias e sua liderança política, Gramsci foi considerado uma ameaça ao totalitarismo fascista do ditador Mussolini, que, ignorando sua imunidade parlamentar como deputado, ordenou a cassação de seu mandato e a sua prisão. Durante os anos do cárcere, escreveu cartas a parentes e amigos, as quais, após sua morte, foram publicadas como *As cartas do cárcere*, constituindo um painel daquilo que pretendia desenvolver em seus célebres *Cadernos*.

Durante os onze anos vividos no cárcere, Gramsci dedicou-se a profundas e complexas reflexões que resultaram em trinta e três cadernos manuscritos, publicados somente após a sua morte. Tal produção constituiu significativo trabalho de aplicação do método do materialismo histórico e dialético na análise de situações concretas.

O pensamento gramsciano tem sua base nos pressupostos metodológicos da teoria social de Marx, assim sua reflexão “[...] trabalha o real, a partir de categorias que se elevam do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal e vice-versa” (SIMIONATTO, 1999, p. 35). Dessa maneira, o pensador foi interpretando o movimento das relações e contradições que dão forma à sociedade.

Gramsci ao explorar novos campos de pesquisa, que vão além do terreno da análise marxista, não se contrapõe a Marx, mas tem em seus pressupostos teóricos o fio condutor de sua proposta contra-hegemônica. Com o intuito de abordar essa discussão, este estudo, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, por meio de um estudo descritivo crítico, tem por objetivo constituir aproximações entre Marx e Gramsci, explicitando os pressupostos gramscianos os quais dão continuidade ao marxismo em resposta as necessidades do tempo histórico vivido.

Organiza-se o trabalho nos seguintes itens: **materialismo e dialética em Marx** – apresenta-se um estudo sobre as principais contribuições do método do materialismo histórico e dialético proposto por Marx; **a contra-hegemonia em Gramsci** – discute-se que é por meio da revolução intelectual e moral que o homem é conquistado para uma linha política, isto é, para um comportamento prático; e, após, seguem as **considerações finais**.

MATERIALISMO E DIALÉTICA EM MARX

O pensamento gramsciano constitui importante trabalho de aplicação do método do materialismo histórico e dialético na análise de situações concretas. Foi, sobretudo, no pensamento de Marx e Engels que o pensador sardo fundamentou seus escritos, mantendo-se fiel aos seus pressupostos teóricos. Assim, neste primeiro momento será abordado o materialismo e a dialética em Marx, a fim de embasar as reflexões apresentadas posteriormente.

A partir do diálogo com a filosofia alemã, de modo especial com a de Hegel, e a economia política inglesa, especialmente com Adam Smith e David Ricardo, Marx constrói seu pensamento ao estabelecer as limitações de cada corrente avançando na elaboração de seu método.

Marx e Engels dedicam-se à construção de uma crítica da filosofia pós-hegeliana, na qual intentavam explicitar que suas formulações tratavam de um avanço em relação às formulações idealistas de Hegel e, também, às formulações materialistas de Feuerbach.

Com o propósito de ultrapassar os limites das concepções hegeliana e feuerbachiana, Marx e Engels debruçam-se sobre o problema fundamental da filosofia: a determinação do real e a determinação da existência social do homem. Na obra *A Ideologia Alemã*¹, os dois filósofos ampliam e aprofundam as críticas feitas, em escritos anteriores, aos hegelianos de esquerda², acusando-os de limitarem-se ao confronto com o sistema hegeliano no reino do pensamento abstrato, sem levar em conta a difícil situação real alemã.

Uma vez que nesses jovens hegelianos as noções, pensamentos, conceitos e de maneira geral os produtos da consciência por eles mesmos autonomizada são tidos como os autênticos grilhões dos homens – exatamente como entre os hegelianos antigos eles são esclarecidos como sendo os verdadeiros elos da sociedade humana - assim também se compreende que os jovens hegelianos só têm a lutar exclusivamente contra essas ilusões da consciência. [...] Os jovens ideólogos são, apesar de suas frases feitas pretensamente “abaladoras do mundo”, os maiores conservadores. [...] A nenhum desses filósofos ocorreu a idéia de perguntar acerca da relação existente entre a filosofia alemã e a realidade alemã, da relação da crítica que fazem com seu próprio ambiente natural (MARX; ENGELS, 2007, p. 40-41).

¹ Esta obra escrita entre os anos de 1845 e 1846 e publicada somente em 1932, pode ser considerada o ponto de partida da exposição do percurso metodológico de Marx, pois nela Marx e Engels explicitam pela primeira vez as bases sob as quais formulam seu método em oposição ao idealismo hegeliano. “A ideologia alemã marca, portanto, o nascimento do materialismo histórico” (BACKES, 2007, p. 11).

² Conhecidos também como “jovens hegelianos” ou “neo-hegelianos”, eram um grupo de jovens professores e estudantes que defendiam mudanças na sociedade da Prússia, opondo-se as tendências conservadoras dos “hegelianos de direita” (BACKES, 2007, p. 09).

A oposição à primazia do pensamento da concepção idealista hegeliana faz Marx e Engels explicitarem seus pressupostos, os quais não são formulações vazias de um pensamento que parte do nada e ao nada retorna. São pressupostos reais, originados da realidade concreta, e não uma produção das ideias. Nessa perspectiva, esses autores apontam, como primeiro pressuposto da história humana, “a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Assim, o primeiro elemento a ser considerado na historiografia humana é “[...] a organização corporal desses indivíduos e sua relação com o restante da natureza, resultante desta mesma organização” (MARX; ENGELS, 2007, p. 42). Tem-se, a partir dessa lógica, a satisfação das necessidades básicas como preocupação primeira do ser humano, as quais têm de ser renovadas a cada dia, pois, para fazer história, é preciso estar vivo e para tal “[...] fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 50), remetendo à necessidade primeira, a produção da vida material.

Entretanto, esse modo de produção da vida material não se limita à reprodução das necessidades físicas dos indivíduos, mas acaba por determinar uma forma de vida em todas as suas dimensões. “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Essa tese é ratificada por Marx e Engels (2007, p. 43-47), ao abordarem o desenvolvimento da propriedade em suas diferentes formas: tribal, estatal ou comunitária, e feudal ou estamental. Ao relacionar cada uma dessas formas com um estágio de desenvolvimento da divisão do trabalho, explicitam que a forma de produção de cada sociedade estabelece as relações sociais e políticas destas. A esse respeito Marx e Engels afirmam:

[...] determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. [...] A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim como realmente são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX; ENGELS, 2007, p. 47-48).

A produção da vida material, no entanto, encontra-se condicionada às determinações da natureza e àquelas que devem ser produzidas que, por sua vez, atrelam-se às condições materiais determinadas pela forma de produção.

Pode-se, então, afirmar que o modo de produção acaba por estabelecer as relações entre os homens no processo, bem como as demais relações humanas. Nesse sentido, Marx defende que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência.

Tal contraposição ao idealismo em defesa do materialismo inverte a concepção hegeliana, deslocando a propositura ontológica do campo das ideias para o terreno do real, como expressam Marx e Engels (2007):

Bem ao contrário do que acontece com a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou engendram mentalmente, tampouco do homem dito, pensado, imaginado ou engendrado mentalmente para daí chegar ao homem em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 48-49).

A materialidade das relações sociais como foco de análise, premissa do método marxiano, tem, na dinamicidade, sua contraposição às concepções materialistas precedentes, nas quais se inclui Feuerbach, no que diz respeito à forma determinista que concebe a realidade, a qual apenas “[...] é compreendida sob a forma do objeto (*Objekt*) ou da contemplação (*Anschauung*); mas não na condição de atividade humana sensível, de práxis, não subjetivamente. [...] Por isso ele não entende o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

As contraposições de Marx e Engels em relação à concepção de Feuerbach não invalidam a contribuição deste filósofo para a formulação do materialismo histórico dialético. Como expressa Engels, Feuerbach é considerado “[...] um elo intermediário entre a filosofia hegeliana e a nossa concepção” (ENGELS, 1985, p. 170).

Entretanto, torna-se importante destacar que, diferentemente da concepção feuerbachiana, a antecipação da realidade ao homem não faz do materialismo uma concepção conformista, na qual se tem, na adaptação, a única opção. Muito pelo contrário, esse método aposta na práxis e na subjetividade ativa como determinantes para a compreensão e

transformação da realidade. Obtém-se, assim, a premissa que, segundo o próprio Marx (MARX; ENGELS, s/d, p. 301), serviu de fio condutor a seus estudos: o real precede o ser social, e o ser social transforma esse real.

Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que, na concepção de Marx e Engels, a transformação da realidade acontece a partir da prática socio-histórica – embasada teoricamente – não podendo ser rotulada como mecanicismo e/ou determinismo econômico, visto que o movimento é compreendido como um primado ontológico do materialismo marxiano.

Ao elevar a dinamicidade à premissa determinante de sua concepção materialista, percebendo-a como inerente ao ser e ao pensar, Marx e Engels atribuíram ao conhecimento uma dimensão processual, concebendo a verdade a partir de um valor relativo e, conseqüentemente, assumindo a ação transformadora como parte de sua ética-política, essa forma ontológica, gnosiológica e axiológica do materialismo originário é denominada de dialética.

Marx buscou, na concepção dialética de Hegel, inspiração para suas formulações, explicitando, apesar das divergências e antagonismos entre eles, decorrentes do princípio idealista de Hegel e do princípio materialista de Marx, a contribuição hegeliana para as formulações da proposta marxiana.

O mesmo autor admite que “[...] a dialética de Hegel é a forma básica de toda a dialética” (MARX, 1974, p. 214). No entanto, o reconhecimento do mérito de Hegel está longe de significar a concordância de Marx com a concepção dialética hegeliana.

Dos estudos de Hegel resulta a compreensão do trabalho como categoria central do desenvolvimento humano, tendo em vista que é a partir dessa categoria que o sujeito entra em relação com o objeto, transformando-o em função de suas necessidades. O trabalho adquire status de conceito-chave na concepção hegeliana da superação dialética, a qual engloba três movimentos: “[...] a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (KONDER, 1987, p. 26).

Para Konder (1987), no processo de trabalho a matéria prima é, inicialmente, negada, quando perde sua forma natural, ao mesmo tempo é conservada, já que assume uma nova forma e, finalmente, é modificada quando assume a elevação de seu valor.

Apesar de Hegel ter elaborado sua concepção de dialética, tendo como ponto de partida, o movimento, o faz a partir de seus pressupostos idealistas, levando ao aprisionamento da existência a consciência oriunda da pura abstração.

Se a percepção dos contrários em sua unidade aproxima Hegel e Marx, os pressupostos do pensamento idealista, de um lado, e os pressupostos do materialismo, de outro, criam distanciamentos entre esses pensadores.

Conforme explicitado por Marx (2012), o método dialético é oposto ao método hegeliano. O autor afirma que, para Hegel, o processo do pensamento transformador de um sujeito sob o nome de ideia é o criador do real, sendo esse a real manifestação externa. Na proposta de Marx, o ideal não é mais do que o material transposto para o sujeito e por ele interpretado. “Em Hegel a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do indivíduo místico” (MARX, 2012, p. 28-29).

Para Martins (2008), idealismo e materialismo não devem ser compreendidos, simplesmente, como teses opostas, visto que, para a dialética são pressupostos contraditórios nos quais a sustentação de um irá deslegitimar o outro. “Isso porque os argumentos que são usados para se admitir o materialismo e defender sua validade teórica como sustentação de um paradigma epistemológico são os mesmos que destroem a legitimidade do idealismo” (MARTINS, 2008, p. 33).

O referido autor determina a passagem do culto ao ser humano abstrato, definido por Hegel, à problematização desse ser pela ciência do real e de seu desenvolvimento histórico, realizando a inversão da dialética. Coloca o objeto como primeiro, assegurando a primazia dos conteúdos materiais e históricos, bem como as formas finitas da consciência, sobre as formas infinitas dessa mesma consciência.

Esse mesmo objeto que os seres humanos percebem ou criam é parte de um conhecimento totalizante ou de um processo de totalização. Ambos nunca são alcançados como etapas definitivas ou acabadas. “A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a realidade”

(KONDER, 1987, p. 37). A síntese se configura como uma visão de conjunto a qual permite desvelar a estrutura significativa da realidade³ em uma dada situação.

No estudo do método de análise da economia política, Marx (1978) propõe que esse método inicie-se sempre pelo real e pelo concreto, induzindo a que essa seja a forma correta. No estudo de um país, parece ser correto iniciar-se pela população que se constitui na base e no sujeito social da produção. Segue, porém, uma observação atenta, em que se compreende que a população é uma abstração, se forem desprezadas as classes que a compõem.

Essas classes representam uma palavra vazia de sentido se forem ignorados os elementos em que repousam, como, por exemplo: o trabalho assalariado e o capital. Esses elementos constituem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. Dessa forma, o capital, desconsiderando o trabalho assalariado, sem valoração, sem o dinheiro e sem o preço, não representa nada.

Seguindo a argumentação, Marx afirma que, caso se começasse pela população, formar-se-ia uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, como uma análise, seria possível chegar a conceitos cada vez mais simples.

Considerando o concreto idealizado, passar-se-ia a abstrações cada vez mais tênues até que fossem atingidas determinações mais simples. “Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1978, p. 116).

A formulação proposta constitui o método dialético de Marx, quando a análise passa a viabilizar uma visão de que o universo vai se revelando tal como é. O pensamento se movimenta por dentro das diferentes partes apreendendo suas interconexões. “A modificação do todo só se realiza, de fato, após o acúmulo de mudanças nas partes que o compõem” (KONDER, 1987, p. 39).

Sanfelice (2008) adverte que não há “[...] conhecimento absolutizado, mas somente relativo. Relativo no sentido de que se constitui como parte de um todo” (SANFELICE, 2008,

³ Para Konder (1987), a estrutura significativa da realidade constituída pela visão de conjunto chama-se *totalidade*. A totalidade está para além da soma das partes que a constituem. “A maior ou menor abrangência de uma totalidade depende do nível de generalização do pensamento e dos objetivos concretos dos homens em cada situação dada” (KONDER, 1987, p. 38). “Para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade, é muito importante sabermos qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas com que estamos nos defrontando; e é muito importante, também, nunca esquecermos que a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização” (KONDER, 1987, p. 39).

p. 89). Ainda, segundo o mesmo autor, o relativo não é uma afirmação da impossibilidade de conhecer o fato, mas vincula-se ao movimento, ao processo e à mudança. “A forma de ser dos seres e fenômenos é ‘estar’ sempre em mudança, portanto, de já ter sido o que foram, de estarem sendo o que são e de estarem produzindo o que serão” (SANFELICE, 2008, p. 89).

A CONTRA-HEGEMONIA EM GRAMSCI

Gramsci tem sua vida e sua obra marcada pela luta em prol da construção de um novo modelo civilizatório, desta forma elabora conceitos que auxiliem a classe trabalhadora e seus intelectuais na efetivação da revolução do proletariado. Para tanto, dentro de uma coerência com os pressupostos marxistas, busca em uma análise da realidade concreta os subsídios necessários para a construção de seus conceitos, isto é a partir da análise da consolidação e manutenção da hegemonia burguesa o pensador sardo cria subsídios que possibilitem a elaboração de uma proposta contra-hegemônica.

Nessa linha de pensamento, o autor acredita que é por meio da revolução intelectual e moral que o homem é conquistado para uma linha política, isto é, para um comportamento prático. Desenvolve seu pensamento revolucionário, tendo, na identificação entre teoria e prática, um dos seus pontos fortes.

Em resposta aos filósofos marxistas os quais percebem, na filosofia, o concentrado teórico da política, Gramsci (1995) compreende que caso se coloque o problema de identificar a teoria e prática, o indicado é construir sobre uma determinada prática uma teoria a qual ao se identificar com os elementos dessa mesma prática potencializa o processo histórico, tornando a prática mais homogênea e coerente.

De mesma maneira, o autor afirma que o movimento se constituiu: “[...] dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático disponível para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária, ou que a teoria é realista e racional” (GRAMSCI, 1995, p. 51-52).

A filosofia da práxis é o ponto-chave do movimento revolucionário proposto por Gramsci a favor da classe operária. É a partir dessa filosofia, que tem como essência elevar a cultura das massas, fazendo com que estas alcancem uma concepção superior de vida, que será possível alcançar a hegemonia do proletariado.

O conceito de hegemonia, para Gramsci, pode ser visto sob os mais diversos ângulos, ao referir-se a diferentes conquistas de poder em distintos momentos históricos. Entre essas conquistas, está a do novo Estado Proletário, na qual a hegemonia prepara as condições que determinarão o desaparecimento do Estado e o surgimento da “sociedade regulada”.

Fixando o olhar no surgimento de uma sociedade regulada, é necessário compreender como a hegemonia do proletariado se instala no seio da sociedade civil. Para tal, não se pode deixar de focar a problemática da “vontade”, que faz parte das reflexões gramscianas e, estando presente em todas as fases de seu pensamento, desempenha papel importante na evolução de sua teoria.

Em uma fase inicial de suas reflexões, a "vontade" aparece com traços marcantes de idealismo, sendo colocada radicalmente, em detrimento das determinações objetivas. Gramsci, em seu texto de 1918, defende a revolução bolchevique, expressando do seguinte modo seu pensamento em relação à "vontade":

O máximo fator da história não são os fatores econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através desses contatos (civilizações) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à vontade deles, até que essa se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999, p. 245).

Gramsci, nesse primeiro momento, deixa claro que a vontade coletiva tudo pode, sendo capaz de dominar, inclusive, a economia. Posteriormente, em suas reflexões nos Cadernos, mesmo atribuindo grande importância à questão da “vontade”, assume uma postura menos radical, mais mediatizada. Então, situa a “vontade” como sendo momento constitutivo da filosofia da práxis, atuando como consciência operosa da necessidade política.

Para o autor às concepções mecanicistas que estão implícitas na concepção do pensamento como atividade receptiva e ordenada deve centrar o problema de uma maneira historicista e “[...] colocar na base da filosofia a ‘vontade’ (em última instância, a atividade prática ou política), mas uma vontade racional, não-arbitrária, que se realiza à medida que corresponde às necessidades objetivas históricas” (GRAMSCI, 1991, p. 33).

Embasado em Hegel, o pensador italiano acredita que as vontades se determinam já no nível dos interesses materiais ou econômicos, dando origem a um processo de "associacionismo", que leva à formação de sujeitos coletivos, definidos como "aparelhos de

hegemonia". Esses sujeitos coletivos são movidos por uma vontade que ultrapassa os interesses econômicos corporativos, dando lugar a uma consciência ético-política.

A partir do momento em que define como consensual a adesão aos aparelhos de hegemonia, Gramsci está introduzindo uma dimensão contratual no Estado. Dessa maneira, amplia o conceito marxista de Estado: enquanto, para Marx e Engels, o Estado é essencialmente coerção, a serviço da classe economicamente dominante, para Gramsci, adquire uma conotação diferente, isto é, uma nova dimensão: a do consenso ou da legitimidade.

Assim, o Estado é fruto de um contrato entre governantes e governados, o que caracteriza a criação de um pacto. Essa dimensão contratual é expressa por Gramsci no conceito de hegemonia. A hegemonia seria o "momento do consenso".

O Estado é formado, por um lado, pela hegemonia/direção/consenso, que seria a sociedade civil, ou seja, os aparelhos privados de hegemonia; e, por outro, pela dominação/ditadura/coerção, que se refere ao Estado em sentido restrito, ou seja, os aparelhos burocráticos e repressivos.

O conceito de hegemonia, em Gramsci, implica um contrato feito na esfera da sociedade civil, o qual dá origem a sujeitos coletivos (sindicatos, partidos, movimentos sociais etc.), isto é, a esfera privada. Por outro lado, faz-se necessária a efetivação de contratos entre governantes e governados, os quais possuem características coercitivas:

Governar com o consentimento dos governados, mas com o consentimento organizado, não genérico e vago, tal qual se afirma no instante das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente (GRAMSCI, 1995, p.45).

É com base nessa ideia que o pensador italiano propõe a “sociedade regulada”, na qual a superação dos antagonismos de classe tornaria finalmente exequível à gestão de um espaço público fundado no diálogo e no consenso dos “indivíduos sociais” (COUTINHO, 1999, p. 252).

A “sociedade regulada”, expressão utilizada por Gramsci para designar o socialismo, tem como base não o fortalecimento do Estado, mas a ampliação da sociedade civil. Isso se dá por meio de uma adesão, cada vez maior, às instituições da sociedade civil, intitulada "aparelhos privados de hegemonia", em detrimento dos aparelhos estatais, que impõem suas

decisões de maneira coercitiva, de cima para baixo. É, na verdade, a absorção da sociedade política (coerção) pela sociedade civil (consenso).

Segundo Gramsci (1991): “[...] o elemento Estado-coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado-ético, ou sociedade civil)” (GRAMSCI, 1991, p. 149).

Nessa perspectiva, a sociedade regulada pode ser percebida como o fim da alienação dos homens em relação a suas potencialidades e possibilidades. “Com a superação da alienação, abre-se a possibilidade de que os homens construam autonomamente a sua própria história e controlem coletivamente as suas relações sociais, o que para Marx significa o fim da ‘pré-história’” (GRAMSCI, 1991, p. 149).

Para o autor, a sociedade regulada representa o “início de uma era de liberdade orgânica” (GRAMSCI, 1999, p. 245), estando, para ele, desvinculada da concepção liberal de liberdade, sendo, na verdade, uma liberdade democrática, que se legitima na construção autônoma e coletiva das normas e regras que regem o espaço público da vida social.

Essa sociedade regulada é vista como uma construção progressiva na qual, por meio dos processos de luta, o consenso ganha espaço em detrimento da coerção, levando a uma sociedade em que os homens possam de modo consensual, regular suas interações sociais.

Tem-se claro que a plenitude da sociedade regulada só se consolidará com a superação de uma sociedade dividida em classes antagônicas. No entanto como a sua estratégia revolucionária é a guerra de posições, a qual é progressiva, pode-se afirmar que o alargamento das esferas consensuais já tem possibilidade de ir ocupando seus espaços, caminhando, assim, para a construção de uma nova hegemonia.

Para que se consiga alcançar uma nova hegemonia, é imprescindível que o proletariado abandone a mentalidade corporativista, que deixe de defender apenas seus interesses imediatos, reconhecendo-se como classe nacional que assume, como suas, as reivindicações das camadas trabalhadoras. Faz-se necessário, por essa razão, compreender o papel da hegemonia em definir as características específicas de uma condição histórica, tornando-se protagonista das reivindicações e soluções de outros ensaios sociais, ao unir em torno de si, esses estratos, por meio de uma aliança na luta contra o capitalismo.

A partir do exposto, isto é, da visão ampliada da organização da realidade, ratifica-se a necessidade percebida por Gramsci de colocar em questionamento a eficiência da “guerra de

movimento”, se, em contextos anteriores, foi adequada, na realidade em questão não é capaz de cumprir seu papel.

Como explicitado, esse posicionamento impulsiona o pensador a buscar uma estratégia capaz de atacar os efeitos produzidos por todas as dimensões presentes na organização da realidade. Como resposta a essa necessidade, Gramsci define como estratégia a “guerra de posições”. Todavia reitera-se que a proposição de estratégias diferentes não caracteriza uma divergência e oposição em que Marx, Engels estariam de um lado e Gramsci de outro.

Essa e outras divergências são frutos dos diferentes momentos históricos vivenciados por eles. A realidade concreta analisada por Gramsci possuía novos contornos em virtude da consolidação da hegemonia capitalista. Porém, os pressupostos fundantes do marxismo são observados por Gramsci em suas elaborações. O que se pode afirmar é que, sendo a sociedade uma constituição histórica e, portanto, dinâmica, Gramsci, a partir dos pressupostos do marxismo originário, dá continuidade ao trabalho de Marx. Dessa forma, a passagem da estratégia de “guerra de movimento” para a estratégia de “guerra de posições” efetiva-se por uma exigência da realidade concreta em questão. Gramsci expressa esta idéia ao sustentar que:

[...] no período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial européia, todos estes elementos se modificaram, as relações de organização interna e internacionais do Estado tornaram-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobina revolucionária da “revolução permanente” é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da “hegemonia civil”. Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posições, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente em tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações da vida civil constituem para da arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente de guerra de posições: elas fazem com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra (GRAMSCI, 1980, p. 92).

Tem-se claro, então, que, na perspectiva gramsciana, a revolução do proletariado está para além do embate na dimensão da produção material, sendo necessário o embate no campo ideológico e cultural. Por conseqüência, a revolução do proletariado passa obrigatoriamente pela exigência de “[...] elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção [...]” (GRAMSCI, 1980, p. 382).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto tem-se presente que a superação da hegemonia burguesa, foco central dos estudos carcerários de Gramsci, está atrelada a superação de uma visão de mundo acrítica e fragmentada.

Para tal, e em sintonia com os pressupostos marxianos, essa superação necessita fundamentar-se na análise de um contexto histórico determinado no qual os indivíduos possam perceber o papel que desempenham na constituição e manutenção do bloco histórico vigente, o que segundo Gramsci é o “[...] conhecer-te a ti mesmo como produto do processo histórico até hoje desenvolvido [...]” (GRAMSCI, 1999, p.94). Só assim, serão capazes de colocarem-se como classe para si, condição basilar para que se efetive a revolução do proletariado.

De mesma maneira, essa revolução, por meio da “guerra de posições”, requer do homem uma postura crítica e criativa frente ao mundo do qual faz parte, sendo capaz de perceber-se como sujeito ativo capacitado a escolhas e decisões. Para Gramsci (1999) a consciência de fazer parte de uma determinada hegemonia, o que para o autor é sinônimo de possuir consciência política, representa o primeiro de uma série de movimentos progressivos da autoconsciência, na qual se unifica teoria e prática.

Portanto, “[...] a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentido de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária” (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Como trabalho futuro reflete-se sobre o estudo da elaboração desse novo “tipo humano” defendido por Gramsci o qual tem como condição indispensável uma relação dialética entre práticas sociais e conhecimento, haja vista que, em sua percepção entre conhecimento e política, existe uma relação determinante para a consolidação da hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, Marcelo. Notas a tradução. In: MARX, Karls; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, Antônio. **Cartas do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade**. Campinas: Autores Associados; Americana: UNISAL, 2008.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro I**. v. I (O processo de produção do capital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SANFELICE, José Luis. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autêntica, 2008. p. 69-94.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1999.